



Associação Portuguesa
de Gestão de Resíduos

electrão
a rede da Amb3E

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Gestão de Resíduos
de Equipamentos Eléctricos e
Electrónicos e de Pilhas e
Acumuladores



Índice

Síntese da Actividade em 2016	3
1. Introdução	6
1.1. Enquadramento legal	6
1.2. Enquadramento macroeconómico	7
2. A Amb3E	10
2.1. Órgãos sociais	11
3. Produtores e mercado	14
3.1. Produtores de EEE aderentes	14
3.2. Mercado de EEE	15
3.3. Produtores de PA aderentes	15
3.4. Mercado de PA	16
4. Operação de gestão de resíduos - Rede Electrão	18
4.1. Recolha de REEE	18
4.2. Recolha de RPA	19
5. Comunicação e sensibilização	21
6. Investigação e desenvolvimento	24
7. Actividade de 2016 e objectivos para 2017	27
7.1. Actividade realizada em 2016	27
7.2. Objectivos e actividades para 2017	29
7.3. Análise dos principais agregados do balanço	32
7.4. Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados	34
8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	37
9. Proposta de aplicação de resultados	39
10. Demonstrações financeiras	41
10.1. Balanço	41
10.2. Demonstração dos resultados por naturezas	42
10.3. Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	43
10.4. Demonstração dos fluxos de caixa	44
10.5. Anexo	45
11. Certificação Legal das Contas	68
12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	71

Síntese da Actividade em 2016

Em 2016,

a Rede Electrão da Amb3E foi responsável pela recolha, tratamento e valorização de 38 080 toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e de 198 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores, cumprindo em ambos os casos as metas de recolha de resíduos legalmente exigíveis e representando um contributo assinalável para o cumprimento das metas nacionais respectivas. Os fluxos operacionais de resíduos de equipamentos de elevada perigosidade, designadamente, equipamentos de frio, lâmpadas, televisores e monitores, representaram cerca de 19% do total de resíduos eléctricos recolhidos e tratados.



A nível operacional,

salienta-se o continuar do aumento do número de locais de recolha de resíduos, tornando a Rede Electrão mais capilar e mais próxima do cidadão, potenciando o aumento das recolhas de resíduos próprias da rede. No final do ano de 2016 contam-se cerca de 1 800 locais de recolha onde os resíduos eléctricos são efectiva e periodicamente recolhidos em todo o território nacional, valor este que representa um aumento de 37% relativamente a 2015. Foi desenvolvido um esforço acrescido para drasticamente aumentar os locais de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, tendo estes aumentado de 261 em 2015, para 783 no final de 2016, representando um aumento de 200%.

Ainda a nível operacional, o ano de 2016 representou um ano de alteração do modelo de operação da Rede Electrão, consubstanciado na implementação da logística de recolha de proximidade distrital, na nova reorganização dos fluxos operacionais de resíduos, no reforço do âmbito de actuação dos centros de consolidação e nas necessárias adaptações às ferramentas de gestão do sistema, designadamente, ao ERP, ao reporte financeiro e à plataforma informática de suporte.

No que diz respeito à actividade com produtores da Amb3E,

verificou-se o continuar da tendência de 2015 de aumento do número de produtores aderentes, quer de equipamentos eléctricos e electrónicos, quer de pilhas e acumuladores. A colocação no mercado de equipamentos eléctricos e electrónicos teve um aumento muito considerável, relativamente a 2015, tendo atingido cerca de 94 mil toneladas em 2016, o equivalente a um total de cerca de 24 milhões unidades. O mercado de pilhas e acumuladores registou também um aumento muito significativo em 2016 para 353 toneladas declaradas pelos produtores da Amb3E, correspondente a um aumento para 2,5 milhões de unidades.

Das diversas acções e campanhas de comunicação e sensibilização em 2016,



destaca-se a Escola Electrão pelos números expressivos que foram obtidos com esta campanha: 324 escolas e cerca de 240 mil alunos que participaram, 497 toneladas de resíduos eléctricos e 11 toneladas de pilhas e acumuladores recolhidos. A conjugação desta campanha com a participação da Amb3E no Rock in Rio Lisboa 2016 permitiu ainda envolver mais de mil professores e alunos na cerimónia de entrega de prémios, a acrescer aos mais de cinco mil visitantes da loja do Electrão, sediada no recinto deste festival. A Escola Electrão permitiu ainda reforçar o papel das escolas como um dos locais de recolha da Rede Electrão no apoio ao desempenho da nossa missão quer de recolha de resíduos eléctricos e pilhas usadas, quer de sensibilização da população para este tema.

Por último, salienta-se a grande alteração estratégica operada em 2016,



com o desenvolvimento do modelo de gestão de embalagens e resíduos de embalagens da Amb3E e da respectiva proposta de Caderno de Encargos apresentada ao Estado Português. Este alargamento de âmbito de actividade, permitirá à Amb3E passar a oferecer uma proposta de valor integrada de *compliance* ambiental de gestão de resíduos multifluxo (embalagens, eléctricos e pilhas usadas) aos seus associados e aderentes. É neste contexto de enorme expectativa para o ano de 2017, que aguardamos a atribuição de uma nova licença de actividade para a gestão de embalagens e a renovação das duas licenças existentes de gestão de resíduos eléctricos e de gestão de pilhas e acumuladores usados.

Pedro Nazareth

Director Geral

01

> INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Enquadramento legal

A Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos é uma Associação de direito civil e sem fins lucrativos que prossegue, como um dos seus fins associativos, o objectivo de organizar e gerir o sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e o sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores (SIGRPA), para os quais se encontra licenciada.



A gestão do fluxo específico de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE) é regulada pelo Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, diploma que veio rever o regime jurídico aplicável à gestão de REEE, transpondo para o ordenamento nacional a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, em substituição do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro e demais legislação complementar.

O Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, determina como objectivo prioritário prevenir a produção de REEE e, subsequentemente, a promoção da reutilização, da reciclagem e de outras formas de valorização, por forma a reduzir a quantidade e o carácter nocivo de resíduos a eliminar, contribuindo para melhorar o comportamento ambiental de todos os operadores e demais intervenientes envolvidos no ciclo de vida destes equipamentos.



Já o contexto legal específico da gestão de resíduos de pilhas e acumuladores (RPA) encontra-se previsto no Decreto-lei n.º 6/2009 de 6 de Janeiro e demais legislação complementar que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2009. Ainda no domínio da legislação de RPA destaca-se a recente publicação do Decreto-Lei 173/2015, de 25 de Agosto que altera o Decreto-lei n.º 6/2009, procedendo à transposição da Directiva n.º 2013/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro de 2013.

Para ambos os fluxos específicos de resíduos encontra-se definida a base jurídica para a criação e desenvolvimento de circuitos de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento e valorização. Ainda no quadro das obrigações legalmente impostas, os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE) e de pilhas e acumuladores (PA) são responsáveis pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos produtos que colocam no mercado, pela definição da referida rede de

sistemas de recolha, a título individual ou através de um sistema integrado gerido por entidade licenciada.

Para tal efeito, foram concedidas à Amb3E, pelo Estado Português:



Licença para a gestão do SIGREEE: Através do Despacho conjunto n.º 354/2006 de 27 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Economia e da Inovação, cuja vigência se encontra sujeita a prorrogações automáticas e sucessivas nos termos do Despacho n.º 1516/2012 de 1 de Fevereiro, dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território.



Licença para a gestão do SIGRPA: Através do Despacho n.º 1262/2010, de 19 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, cuja vigência se encontra sujeita a prorrogações nos termos do Despacho n.º 1533/2016, de 1 de Fevereiro do Secretário de Estado do Ambiente.

1.2. Enquadramento macroeconómico

2016 demonstrou a estabilização do crescimento da actividade económica em Portugal em valores na vizinhança dos 1,5 pontos percentuais anuais, consolidando o crescimento verificado em 2015, consubstanciado num aumento de 1,4% em volume do Produto Interno Bruto (PIB) para a globalidade do ano, menos 0,2 pontos percentuais que o verificado no ano anterior, sendo, no entanto, de salientar uma aceleração mais intensa (1,9%) quando comparado o quarto trimestre de 2016 com o trimestre homólogo de 2015.

O contributo da procura interna para a variação anual do PIB foi positivo (1,5 pontos percentuais), reduzindo contudo o seu peso face ao contributo registado em 2015 (2,6 pontos percentuais), fundamentalmente devido à redução verificada no investimento (menos 0,9%, invertendo o crescimento de 3,6% em volume verificado em 2015) e – em menor grau – à desaceleração verificada em sede do consumo privado (2,3% vs. 2,6% em 2015), mantendo o consumo público o crescimento verificado no ano anterior (0,8%).

O indicador de confiança dos consumidores reforçou a trajectória ascendente assinalada desde o início de 2013, apresentando um movimento positivo praticamente ao longo de todo o ano e que veio a consubstanciar-se no seu valor mais elevado desde Março de 2000 (fonte: INE – inquéritos de conjuntura

às empresas e consumidores – Fevereiro 2017). Para a evolução registada contribuíram, de forma mais notória, as perspectivas relativas à evolução da situação económica do país e da poupança, bem como as expectativas relativas à evolução do desemprego.

Ainda de acordo com a fonte indicada no parágrafo anterior, o indicador de confiança do comércio apresentou uma trajectória global de crescimento em 2016, apesar do perfil decrescente verificado no último trimestre do ano, confirmando os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 a reversão de tal perfil. A taxa de desemprego situou-se, em média anual, nos 11,1%, apresentando um decréscimo de 1,3 pontos percentuais face ao ano anterior. Concretizando esta tendência de redução, a taxa de desemprego do quarto trimestre foi de 10,5%, valor inferior em 1,7 pontos percentuais ao verificado no trimestre homólogo de 2015.

A nível de IPC (índice de preços no consumidor), a taxa de variação média anual foi de 0,6% (0,5% no ano anterior), sendo a taxa de variação homóloga, em Dezembro de 2016, de 0,9%.



Em modo de conclusão, as projecções do Banco de Portugal (boletim económico de Dezembro de 2016/projecções para a economia Portuguesa: 2016-2019) apontam para a continuação da recuperação gradual da actividade económica ao longo do período 2016-2019 e englobam um perfil de estabilização do ritmo de crescimento da procura interna, na ordem dos 1,5 pontos percentuais/ano, sendo também a estimativa do comportamento do consumo privado - variável chave na colocação de EEE e PA no mercado – perfeitamente enquadrada dentro dessa ordem de grandeza para o período em projecção, pelo que as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE e PA para 2017 apontam para uma estabilização do crescimento verificado em 2016, ou seja, um crescimento anual entre os quatro e os cinco pontos percentuais.

02



A Amb3E

2. A Amb3E

A Amb3E é uma associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, cuja escritura de constituição foi outorgada a 27 de Abril de 2005, com sede no Restelo Business Center, Bloco 5 - 4A, Avenida Ilha da Madeira, 35 I, no concelho de Lisboa, com o principal fim associativo de gestão de resíduos e objectivo primordial de implementar e desenvolver um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE).

Em 2010 a Amb3E alargou a abrangência do seu fim associativo, passando a contemplar também a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores (SIGRPA).

Já em 2016 foi desenvolvido o modelo de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, tendo o correspondente caderno de encargos relativo ao seu licenciamento sido apresentado ao Estado Português no último trimestre do ano.

A visão da Amb3E é a de oferecer aos seus aderentes uma proposta integrada de valor no âmbito dos resíduos por si geridos, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

Os órgãos da Amb3E definidos nos respectivos estatutos actuam em mandatos com a duração de dois anos, sendo permitida recondução ou reeleição dos respectivos membros por uma ou mais vezes, e são os seguintes:



- **A Assembleia-Geral;**
- **As Assembleias de Fileiras;**
- **O Conselho de Administração;**
- **O Conselho Fiscal;**
- **A Comissão de Arbitragem.**

2.1. Órgãos sociais

Após a eleição dos novos órgãos da Associação para o biênio 2016/17 a sua composição, a 31 de Dezembro de 2016, era a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
	STANLEY BLACK & DECKER HOLDING S.A.R.L. Presidente
	PHILIPS LIGHTING PORTUGAL UNIP, LDA Vice-Presidente
	BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS SOC. UNIP, LDA Fileira 1
	DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL S.A. Fileira 1A
	GROUPE SEB IBÉRICA, S.A. Fileira 2
	RICOH PORTUGAL UNIPessoal, LDA Fileira 3
	SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, S.A. Fileira 4
	LEDVANCE, LDA Fileira 5
	STANLEY BLACK & DECKER HOLDING S.A.R.L. Fileira 6
	GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA, S.A. Fileira 8
	SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA Fileira 9
	DIEBOLD NIXDORF PORTUGAL, LDA Fileira 10
	CANON PORTUGAL, S.A. Fileira 11
ASSEMBLEIA GERAL	
	ANTÓNIO MEIRELES, S.A. Presidente
	SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA Secretário
CONSELHO FISCAL	
	LEDVANCE, LDA Presidente
	LEGRAND ELÉCTRICA, S.A. Vogal
	HÖRWITH & ASSOCIADOS, SROC, LDA ROC

De referir complementarmente que nos termos dos estatutos da Amb3E, os produtores aderentes que optaram pela qualidade de associados integram ainda as assembleias de fileira de acordo com a respectiva actividade, estando designadas como fileiras as seguintes:

Fileiras	
1) Grandes electrodomésticos	6) Ferramentas eléctricas e electrónicas (com excepção de ferramentas industriais fixas de grandes dimensões)
1 A) Aquecimento, ventilação e ar condicionado	7) Brinquedos e equipamento de desporto e lazer
2) Pequenos electrodomésticos	8) Aparelhos médicos (com excepção de todos os produtos implantados e infectados)
3) Equipamentos informáticos e de telecomunicações	9) Instrumentos de monitorização e controlo
4) Equipamentos de consumo	10) Distribuidores automáticos
5) Equipamentos de iluminação	11) Pilhas e acumuladores

03



PRODUTORES E
MERCADO

3. Produtores e mercado

Todos os produtores que transferem a responsabilidade para a Amb3E em matéria de gestão de REEE e/ou RPA, decorrente da colocação no mercado dos seus produtos, são considerados produtores aderentes. Estes mesmos podem aderir à Amb3E em duas categorias distintas: como associados ou como utentes. Os primeiros beneficiam das condições de gestão de REEE e/ou RPA providenciadas pela Amb3E, decorrentes da transferência de responsabilidade para a mesma, tendo ainda presença e poder de voto em Assembleia-Geral e nas assembleias de fileira. Os utentes têm contrato com a Amb3E para a transferência da responsabilidade, beneficiando da gestão de REEE e/ou RPA, sem intervirem nos destinos da Amb3E enquanto Associação de produtores de EEE e/ou PA.

3.1. Produtores de EEE aderentes

No final de 2016, o número total de aderentes da Amb3E era de 1 451, registando um acréscimo de 74 produtores em relação ao ano anterior.

O aumento anual do número de produtores aderentes da Amb3E, registado nos últimos cinco anos, pode observar-se na figura seguinte:

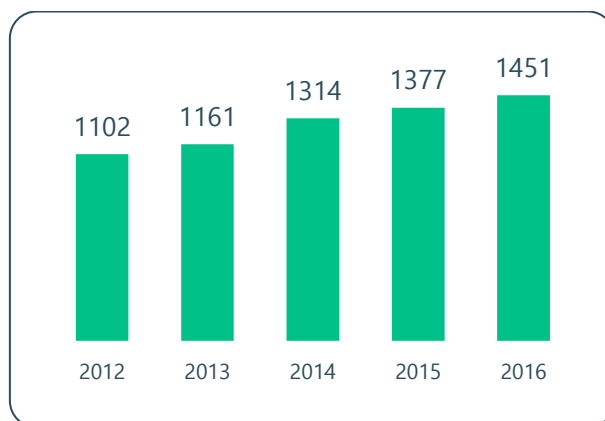


Figura 1 – Evolução de produtores aderentes de EEE 2012–2016

Pode verificar-se, da análise à figura, que o universo de produtores aderentes da Amb3E tem registado um aumento continuado ao longo dos últimos anos.

3.2. Mercado de EEE

A colocação de EEE no mercado nacional declarada pelos produtores aderentes da Amb3E, durante o ano de 2016, foi de 94 203 t, o que equivale a cerca de 24 milhões de unidades de EEE.

A evolução dos valores de colocação de mercado, em peso, tem registado nos últimos cinco anos, um aumento progressivo, sendo que em 2016 registou-se um aumento de mais de 5 000 t face a 2015. A figura seguinte apresenta a evolução do universo de mercado da Amb3E entre 2012-2016, em peso e unidades.

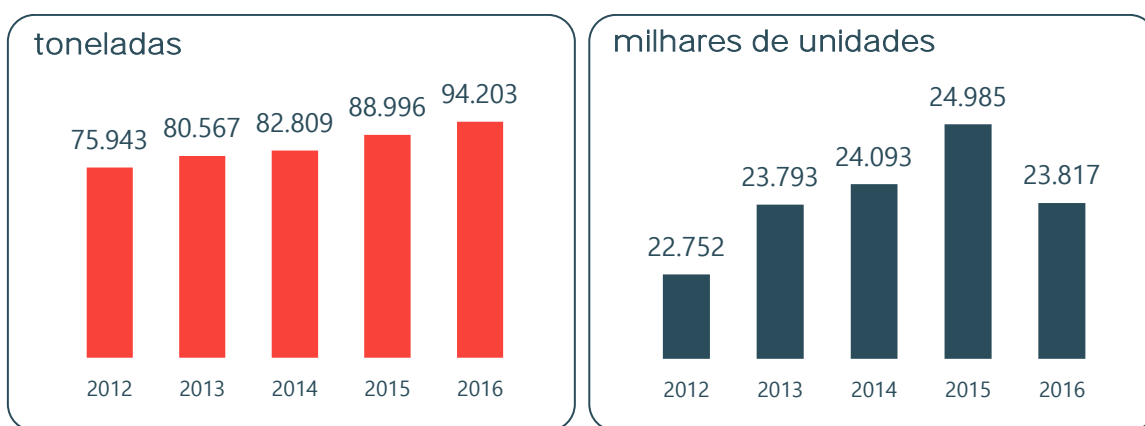


Figura 2 – EEE declarados à Amb3E 2012 – 2016 (toneladas e milhares de unidades)

3.3. Produtores de PA aderentes

No final de 2016, o número total de aderentes da Amb3E era de 405, registando um acréscimo de 47 produtores em relação ao ano anterior.

O aumento anual do número de produtores aderentes da Amb3E, registado nos últimos cinco anos, pode observar-se na figura seguinte:

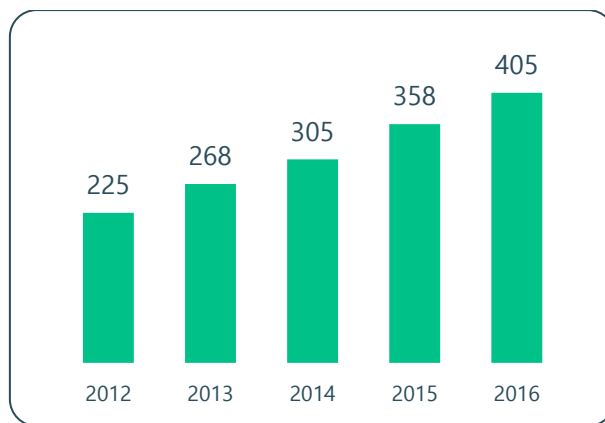


Figura 3 – Evolução de produtores aderentes de PA 2012–2016

Pode verificar-se, da análise à figura, que o universo de produtores aderentes da Amb3E tem registado um aumento continuado ao longo dos últimos anos.

3.4. Mercado de PA

A colocação de PA no mercado nacional declarada pelos produtores aderentes da Amb3E, durante o ano de 2016, foi de 353 t, o que equivale a cerca de 2,5 milhões de unidades de PA.

A evolução dos valores de colocação de mercado tem registado, nos últimos quatro anos, um aumento progressivo, sendo que em 2016 registou-se um aumento de mais de 110 t face a 2015. As figuras seguintes apresentam a evolução do universo de mercado da Amb3E entre 2012-2016, em peso e unidades.

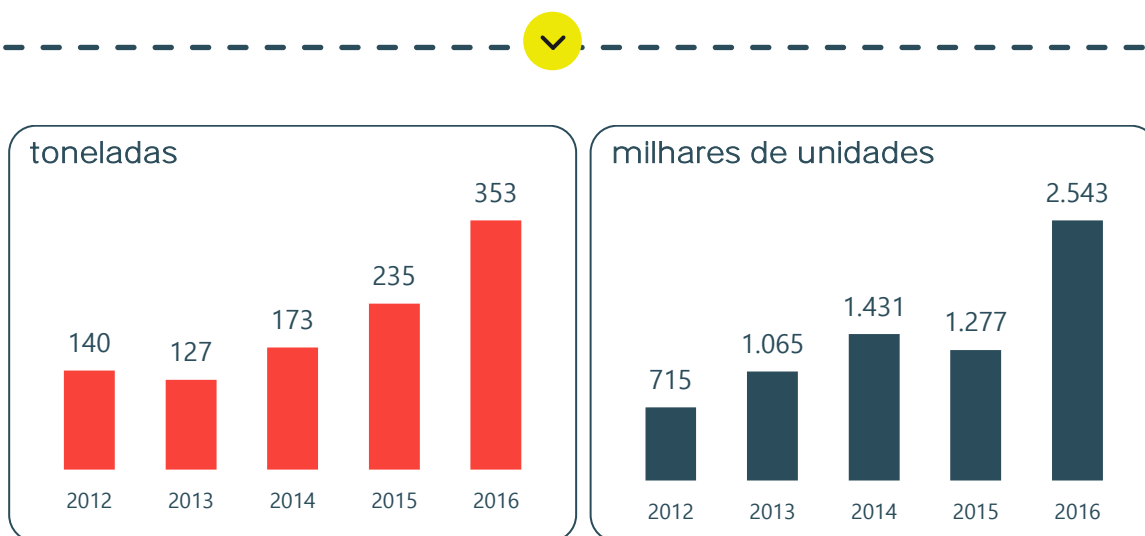


Figura 4 – PA declaradas à Amb3E 2012 – 2016 (toneladas e milhares de unidades)

04



OPERAÇÃO GESTÃO RESÍDUOS
REDE ELECTRÃO

4. Operação de gestão de resíduos - Rede Electrão

A Rede Electrão da Amb3E é constituída por locais de recolha, operadores logísticos e unidades de tratamento e valorização, que asseguram a operacionalização da gestão dos REEE e RPA, designadamente a sua recolha, transporte e tratamento. A Rede Electrão tem por objectivo garantir o cumprimento dos objectivos de gestão em matéria de recolha e tratamento.

4.1. Recolha de REEE

Em 2016, a Amb3E assegurou a recolha e o tratamento das 10 categorias legais, perfazendo um total, a nível nacional, de 38 080 t. A figura seguinte apresenta a distribuição da recolha nas diferentes categorias legais.

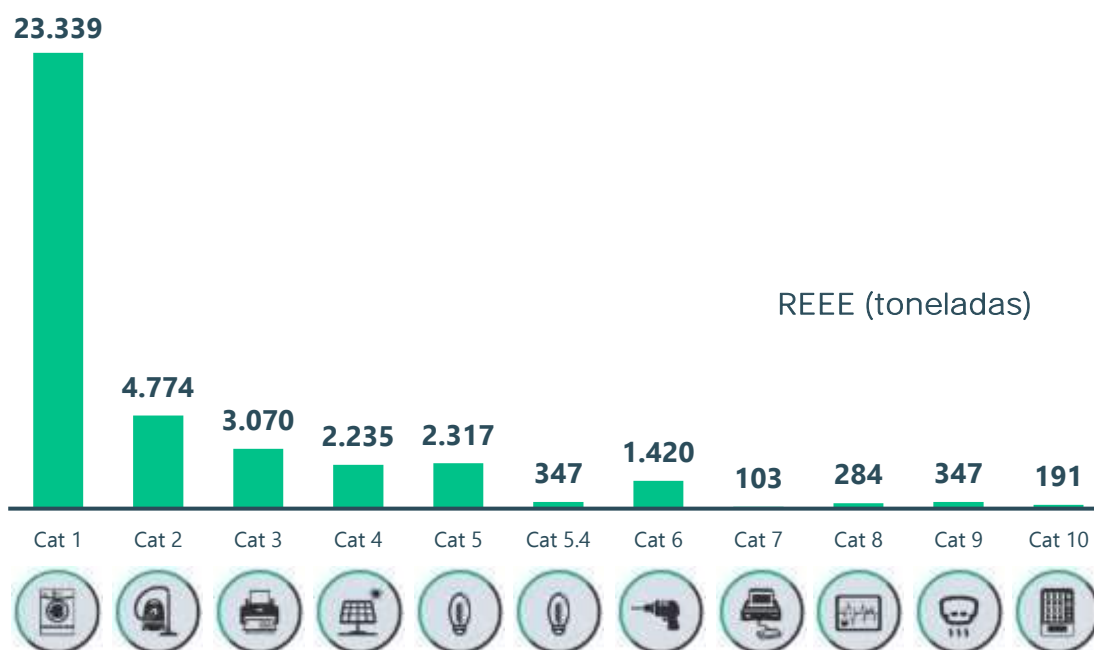


Figura 5 – Quantidade de REEE recolhidos por categoria legal em 2016

A Amb3E garantiu o cumprimento da meta de recolha de REEE, que para 2016 foi fixada em 45% do peso médio dos EEE colocados no mercado nos três anos anteriores. A Figura 6 evidencia o cumprimento do objectivo de recolha de REEE em 2016.

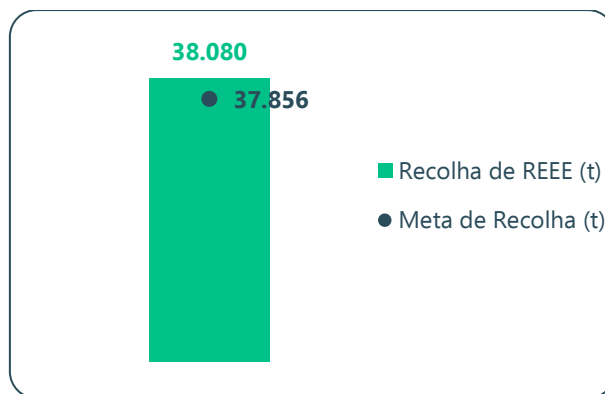


Figura 6 – Comparação entre a meta legal e a recolha efectiva de REEE da Amb3E, para o ano 2016

4.2. Recolha de RPA

A Rede Electrão recolheu em 2016 um total 198 t de RPA; a distribuição por segmento encontra-se indicada na Figura 7.

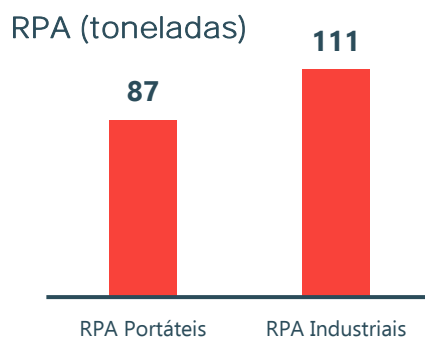


Figura 7 – Recolha de RPA por segmento em 2016

Em matéria de objectivos de recolha, também no fluxo de RPA a Amb3E assegurou o cumprimento das metas, como ilustra a figura seguinte.

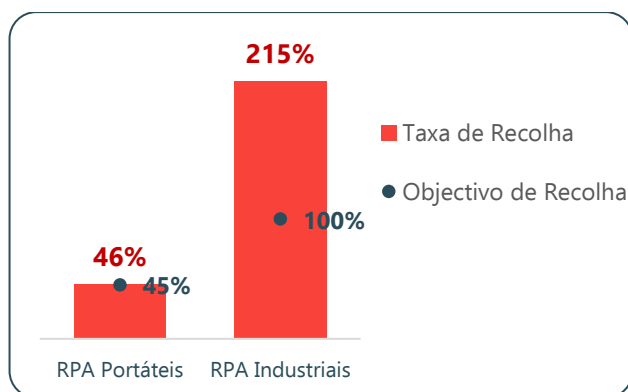


Figura 8 – Comparação entre os objectivos e a recolha efectiva de RPA da Amb3E, para o ano 2016

A photograph of two women sitting at a table in a meeting. The woman on the left is wearing a patterned top and has her hand raised as if speaking. The woman on the right is wearing a white shirt, has her hand to her chin holding a pen, and is listening attentively. A smartphone is on the table in front of them. A dark teal vertical bar is on the left side of the image, containing the number 05.

05



COMUNICAÇÃO E
SENSIBILIZAÇÃO

5. Comunicação e sensibilização

A Amb3E tem procurado, nos últimos anos, consolidar a sua estratégia de comunicação e sensibilização, através da aposta em campanhas e iniciativas que privilegiam uma maior proximidade e identificação do consumidor e dos agentes envolvidos nos SIG geridos pela Associação, com a temática do encaminhamento e reciclagem dos REEE e RPA.

São reflexo deste princípio, as Campanhas Electrão, que mais uma vez em 2016, assumiram destaque entre as actividades de comunicação e sensibilização da Rede Electrão. Sintetiza-se nos pontos seguintes as principais campanhas de comunicação e sensibilização desenvolvidas pela Amb3E em 2016.



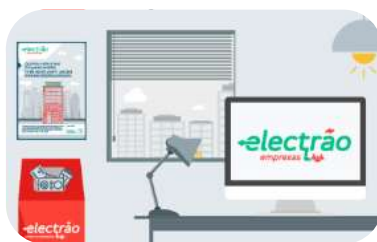
3ª edição "Quartel Electrão"

O "Quartel Electrão" é uma campanha de sensibilização, com forte cariz social de apoio cívico às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV), que tem como objectivo sensibilizar as comunidades envolventes no esforço global da reciclagem e valorização dos REEE e RPA. Esta edição decorrerá de 15 de Dezembro de 2016 até Março de 2017.



5ª edição "Escola Electrão" 2015/2016

A campanha "Escola Electrão" tem como principal objectivo sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade escolar em geral, no esforço global da reciclagem de REEE, envolvendo-os na actividade da Rede Electrão. As escolas que recolheram mais quantidades, quer em termos absolutos, quer a nível distrital, bem como o melhor vídeo de sensibilização, foram premiadas com valores monetários. A sessão de entrega dos prémios realizou-se no festival Rock in Rio Lisboa, premiando assim duplamente todos os vencedores, cerca de 1000 alunos e professores, que assim puderam disfrutar de um dia diferente.



"Electrão Empresa" e "Electrão Produtor"

A campanha "Electrão Empresa" promove o envolvimento das empresas e do universo dos respectivos colaboradores no desafio global da reciclagem de resíduos. Esta campanha alia a componente ambiental a uma componente social, na medida em que os REEE recolhidos são convertidos numa contribuição financeira para apoio a uma IPSS. Durante o ano 2016, destacaram-se os seguintes participantes: Ricoh, Central Lobão e Teka para os produtores, Câmara Municipal do Funchal, Barclaycard, Hotéis Altis e Águas do Litoral para as outras empresas.



“Electrão Lâmpadas”

Durante o ano 2016 a campanha “Electrão Lâmpadas” deu continuidade à linha já definida em 2015, com a realização de sessões de activação que promoveram o contacto directo com a população, abordando a questão da reciclagem das lâmpadas. As sessões foram realizadas em diversos locais, como centros comerciais, mercados e escolas.



“Electrão Pilhas”

A campanha “Electrão Pilhas” é uma iniciativa pioneira da Associação, no que diz respeito à sensibilização e recolha dedicada de resíduos de pilhas, para a qual foi possível contar com o apoio da Entrajuda, parceiro operacional da Rede Electrão. Foram definidos como objectivos para esta 1ª edição da campanha, a inscrição de 50% dos Bancos Alimentares do País, e uma recolha entre quatro e sete toneladas de RPA, tendo sido, até ao final de 2016, recolhida aproximadamente uma tonelada.

06



INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

6. Investigação e desenvolvimento

A Amb3E tem procurado fomentar acções de investigação e desenvolvimento (I&D) no âmbito da sua responsabilidade de promoção de projectos orientados para a melhoria de processos no domínio da prevenção e gestão de REEE, nomeadamente na prossecução de novas metodologias e processos de tratamento, que optimizem a recuperação de matérias-primas e a performance ambiental.

Neste sentido, a Amb3E canaliza uma parte das suas receitas para o apoio técnico e/ou financeiro a projectos de I&D, destinados à melhoria de processos relevantes para o funcionamento do circuito de gestão de REEE.

À semelhança de outras áreas de actuação, enquanto entidade gestora de fluxos específicos de resíduos, a Amb3E tem procurado desenvolver sinergias ao nível da gestão de RPA e de REEE, no sentido de promover actividades conjuntas de I&D. Os pontos seguintes sintetizam os principais projectos de investigação e desenvolvimento desenvolvidos pela Amb3E em 2016.



Projecto ProSUM	Participação no consórcio internacional, como " <i>delivery partner</i> ", do projecto ProSUM financiado pelo programa " <i>Horizon 2020</i> ", cujo principal objectivo é a reunião de dados relativos às concentrações de matérias-primas críticas (identificadas pela UE) em REEE, veículos em fim de vida, RPA e resíduos da indústria mineira.
REEEX – módulo gestão de resíduos	Desenvolvimento à medida do novo módulo de gestão de resíduos e sua integração no <i>software</i> de gestão de REEE/RPA da Amb3E (REEEX).
Estudo de caracterização de tipologia de RPA	Identificação das tecnologias de tratamento de pilhas a nível europeu e do nível de segregação necessário para cada um dos possíveis destinos finais. Projecto de caracterização dos tipos de RPA recolhidas na Rede Electrão, com definição da metodologia de amostragem e caracterização dos resíduos de pilhas e acumuladores consolidados nas duas plataformas de consolidação de pilhas e acumuladores da Amb3E.
Estudo de caracterização da prestação financeira dos EEE e PA a nível europeu e comparação ao nível do poder de compra e ao nível de eficiência no processo de tratamento e reciclagem de cada país	Elaboração de estudo comparativo da prestação financeira dos EEE (equipamentos eléctricos e electrónicos) e PA (pilhas e acumuladores) entre os diversos países europeus e o dimensionamento pelo respectivo poder de compra e eficiência no processo. Pretende-se com este estudo dar um contributo para a materialização dos custos das obrigações Europeias, ao nível nacional, por forma a perceber se as prestações financeiras Europeias estão adaptadas, por um lado, ao poder de compra de cada país, e por outro, ao nível de eficiência no processo de tratamento e reciclagem, propondo melhorias que se antevejam possíveis.

Estudo de caracterização de tipologia de consumíveis de impressão

Projecto de caracterização dos tipos de consumíveis de impressão recolhidos na Rede Electrão, com definição da metodologia de caracterização dos resíduos que estão dentro e fora do âmbito da Amb3E e quantificação pelas principais marcas. Estudo a efectuar nas plataformas de consolidação de consumíveis de impressão da Amb3E. Identificação das tecnologias de tratamento de consumíveis de impressão a nível nacional e europeu e do nível de segregação necessário para cada um dos possíveis destinos finais.

Estudo prévio sobre reutilização em Portugal e principais *stakeholders* envolvidos

Promoção de um projecto subordinado ao tema de reutilização e reparação de equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE) com caracterização e quantificação do sector de reparação e reutilização de EEE e identificação dos EEE que são reencaminhados para a reutilização e respectiva quantificação. Promoveu-se ainda a avaliação da reutilização de EEE desenvolvida em Portugal e comparação com outros países europeus e a identificação de linhas estratégicas de intervenção para a Amb3E.

Estudo de caracterização da implementação de centros logísticos com definição de localizações preferenciais e áreas de influência

Análise e optimização das infra-estruturas da rede logística coordenada pela Amb3E, com vista a apoiar a tomada de decisão da possibilidade de instalação de centros dedicados à consolidação de resíduos, nomeadamente no que diz respeito ao número e tipologia de locais a instalar, a sua localização e as respectivas capacidades de armazenamento e processamento.

07



ACTIVIDADE DE 2016 E
OBJECTIVOS PARA 2017

7. Actividade de 2016 e objectivos para 2017

7.1. Actividade realizada em 2016

No decurso de 2016 a Amb3E desenvolveu diferentes acções no âmbito da sua competência, quer em Portugal quer no estrangeiro, na prossecução dos seus objectivos de gestão, conforme se sintetiza na tabela abaixo:

Tabela 1 – Objectivos/Actividades, resultado e avaliação 2016

Actividades	Resultado
Estratégia e desenvolvimento da actividade	
Definição da estratégia de médio longo prazo da Amb3E	<p>Desenvolvimento e instrução do caderno de encargos com o pedido de licença para gestão de embalagens e resíduos de embalagens.</p> <p>Desenvolvimento e implementação de novo modelo financeiro da actividade, adaptado ao exercício da responsabilidade prevista no Decreto-lei n.º67/2014.</p> <p>Acompanhamento da nova orientação política relativamente ao desenvolvimento e implementação do Centro de Coordenação e Registo e respectivos processos de câmara de alocação e mecanismo de compensação.</p>
Desenvolvimento da plataforma informática de gestão de operação e de relação com produtores	<p>Definição dos requisitos técnicos de desenvolvimento da plataforma informática e planeamento da respectiva implementação.</p> <p>Adaptação da plataforma informática actual ao novo modelo operacional, entretanto definido e implementado.</p>
Definição de detalhe e implementação da estratégia de reutilização	<p>Desenvolvimento de projecto de ID para definição do modelo de gestão de preparação para reutilização: definições de base, modelos existentes, entidades existentes, etc.</p> <p>Desenvolvimento da minuta de protocolo com entidades de preparação para reutilização.</p> <p>Implementação de protocolo com novos parceiros de preparação para reutilização.</p>
Obtenção da licença do SIGREEE	Sem novos desenvolvimentos.
Obtenção da licença do SIGRPA	Sem novos desenvolvimentos.
Cumprimento da meta legal de recolha de REEE	Recolha em 2016 de 38.080 toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, para uma meta de 37.856 toneladas.
Cumprimento da meta legal de recolha de RPA	<p>Recolha em 2016 de 87 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis, para uma meta de 85 toneladas.</p> <p>Recolha em 2016 de 111 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, para uma meta de 52 toneladas.</p>

Actividades	Resultado
Cumprimento das metas de reutilização/reciclagem e valorização	Cumprimentos das metas de reutilização/reciclagem e valorização em dez das dez categorias legais com o valor médio de 83% e 91% respectivamente.
Recolha de fluxos de REEE perigosos superior a 20%	Obtenção de 19,4% do total recolhido de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos perigosos, provenientes de fluxos perigosos.
Alargamento da Rede Electrão: - Aumento de 3% dos locais de recolha de REEE - Aumento de 15% dos locais de recolha de RPA	Locais de Recolha de REEE da Rede Electrão aumentaram, em 2016, 37%, de 1 312 para 1 792. Locais de Recolha de RPA da Rede Electrão aumentaram, em 2016, 200%, de 261 para 783.
Reestruturação do modelo de operação de gestão de resíduos da Rede Electrão e adaptação ao DL67/2014 e DL173/2015	A reestruturação do modelo de operação de gestão de resíduos foi plenamente implementada. As principais actividades de suporte estavam concluídas no primeiro trimestre do ano.
Implementação da recolha de proximidade distrital	Logística de proximidade distrital implementada com aumento substantivo dos KPI de eficiência da recolha capilar dos locais de recolha para os centros de recepção de proximidade.
Caracterização da rede de centros logísticos	Desenvolvimento de projecto de ID que, entre várias, caracterizou e avaliou diversas opções de expansão da rede de centros logísticos actualmente existentes.
Adaptação dos guias técnicos e dos contratos de operadores	Conclusão do guia técnico e minuta de contrato de centro de recepção. Por concluir estão estes documentos para locais de recolha e unidades de tratamento e valorização.
Reestruturação do reporte periódico	Concluído e implementado com sucesso reporte mensal com total adequação à cadeia de valor da gestão de REEE e RPA
Adaptação da plataforma informática	Conclusão da adaptação da plataforma informática ao novo modelo operacional definido e implementado.
Adaptação dos fluxos operacionais	Implementação de subdivisões de reporte e gestão de fluxos operacionais referentes a equipamentos de frio e a pequenos equipamentos. Adopção parcial por parte dos operadores de centros de recepção e unidade de tratamento e valorização a este novo formato de reporte.
Implementação de plataformas de consolidação para consumíveis de impressão	Implementação concluída com sucesso, permitindo uma aprendizagem interna relativa às opções de destinos finais de reutilização e valorização destes resíduos. Permitiu o desenvolvimento de projecto de ID de caracterização deste fluxo.
Adaptação das minutas de contrato de produtor ao DL 67/2014 e 173/2015	Conclusão do desenvolvimento e adaptação das minutas de contrato de produtor. Operacionalização da figura do representante autorizado de produtores. Celebração contratual com novos produtores e continuação do processo da substituição gradual dos contratos vigentes.
Simplificação processual de transferência de responsabilidade de produtores	Implementação plena do processo de adesão <i>online</i> para produtores. Eliminação de redundâncias nas rotinas de contratação com produtores.

Actividades	Resultado
Adaptação da plataforma informática – processo de adesão e <i>backoffice</i>	Alteração do <i>backoffice</i> da plataforma informática ao processo de adesão <i>online</i> e à simplificação de rotinas.
Implementação de modelo de reporte a produtores	Definição de modelo de reporte a produtores com identificação dos principais KPI de mercado e operação da Amb3E. Divulgação do respectivo reporte a cerca de cinquenta produtores.
Finalização da implementação da imagem corporativa: Marca Electrão Estacionário Electrão Síte de internet E-mail Rede de operadores Meios de armazenamento	A nova imagem corporativa, incluindo a marca Electrão e a marca Amb3E, foi plenamente implementada no estacionário, no <i>síte</i> de internet, nos emails, no arquivo interno, nos novos contratos celebrados, nos novos meios logísticos de resíduos, entre outros. Na rede de operadores, o processo de implementação da nova imagem corporativa ainda não se encontra totalmente concluído.
Implementação da facturação electrónica	Estruturação do processo de facturação electrónica a produtores com integração plena entre os mapas declarativos de produtores e a emissão da respectiva facturação. Adesão de 10% do número total de produtores da Amb3E, correspondentes a cerca de 4% da facturação total.

7.2. Objectivos e actividades para 2017

O ano de 2017 será um marco na história da Amb3E, na medida em que terá que concluir a implementação do Decreto-Lei nº 67/2014 (e respectivas alterações) e, previsivelmente, implementar as novas disposições a constar nas renovações das licenças do SIGREEE e do SIGRPA. Por outro lado, será efectuada a necessária adaptação do actual modelo de gestão de resíduos, por forma a incluir o fluxo de embalagens e resíduos de embalagens.

A tabela seguinte sintetiza os objectivos e actividades a desenvolver em 2017:

Tabela 2 – Objectivos e actividades previstas para 2017

ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Preparação das áreas relação com produtores, operação de gestão de resíduos, comunicação, financeira e administrativa para operacionalização da licença de gestão de embalagens e resíduos de embalagens

Renovação e implementação da licença do SIGREEE

Renovação e implementação da licença do SIGRPA

Aprovação e implementação da licença do SIGRE

Acompanhamento da implementação da CAGER

Apoio ao desenvolvimento e implementação da câmara de alocação e do mecanismo de compensação de resíduos – REEE e RPA

OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Cumprimento da meta legal de recolha de REEE

Cumprimento da meta legal de recolha de RPA

Cumprimento das metas de valorização

Recolha de fluxos de REEE perigosos superior a 18%

Alargamento da Rede Electrão: Aumento de 3% dos locais de recolha de REEE

Alargamento da Rede Electrão: Aumento de 15% dos locais de recolha de RPA

Aumento do KPI de eficiência da recolha de proximidade

Conclusão da implementação dos guias técnicos de LR e CR

Desenvolvimento do guia técnico de UTV

Adaptação da contentorização dos centros de recepção e dos locais de recolha

Implementação de plataforma de gestão operacional do Electrão

Implementação de novas disposições relativas à operação de gestão de resíduos decorrentes da renovação da Licença do SIGREEE

RELAÇÃO COM PRODUTORES

Adaptação das minutas de contrato de produtor aos DL 67/2014 e DL 173/2015

Implementação de calculadora de CO₂ no modelo de reporte a produtores

Implementação de plataforma de CRM Electrão com módulos de adesão *online* e declarativos

Consolidação das actividades conexas na plataforma de CRM: gestão contratual, informação de apoio à declaração, sistema de avisos e declarações de *compliance* automáticos, etc.

Implementação de novas disposições relativas à relação com produtores decorrentes da renovação da licença do SIGREEE

ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Finalização da implementação da imagem corporativa na rede de operadores e nos meios de armazenamento

Conclusão do manual de normas de comunicação

Estabelecimento da estratégia de comunicação da Rede Electrão

Compatibilização da estratégia de comunicação da Rede Electrão com a gestão de embalagens

Desenvolvimento de marca de marcação de embalagens

Execução de acções e campanha "Escola Electrão"

Execução "Electrão Empresas" e "Electrão Produtores"

Execução "Quartel Electrão"

Execução "Electrão Lâmpadas"

Execução e desenvolvimento da rede "Electrão no Bairro"

Desenvolvimento de conceito "Electrão Powell"

Apoio à implementação de plataforma de CRM Electrão com módulos de adesão *online* e declarativos

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Adaptação do modelo financeiro de gestão de REEE e RPA

Desenvolvimento e implementação do modelo financeiro de gestão de embalagens e resíduos de embalagens

7.3. Análise dos principais agregados do balanço

A posição financeira da Amb3E à data de encerramento dos períodos de 2016 e 2015, apresentava-se da seguinte forma:

Balanço

	Valor líquido 2016	Valor líquido 2015	Variação absoluta	Var. %
Activo				
Activos fixos tangíveis	386 070,79	259 145,65	126 925,14	49,0%
Outros activos financeiros	8 701 595,67	8 705 701,73	(4 106,06)	0,0%
Dívidas de terceiros	741 931,66	602 982,32	138 949,34	23,0%
Depósitos bancários e caixa	7 187 270,70	9 306 671,73	(2 119 401,03)	-22,8%
Acréscimos e diferimentos activos	1 729 414,81	1 918 329,07	(188 914,26)	-9,8%
	18 746 283,63	20 792 830,50	(2 046 546,87)	-9,8%
Fundos patrimoniais e passivo				
Património associativo	630 000,00	620 000,00	-	1,6%
Resultados transitados	3 638 431,65	3 001 995,70	636 435,95	21,2%
Outras var. nos fundos patrimoniais	11 991,04	16 102,36	(4 111,32)	-25,5%
Resultado líquido do período	2 250 019,13	636 435,95	1 613 583,18	253,5%
Provisões	10 072 438,00	14 090 983,57	(4 018 545,57)	-28,5%
Dívidas a terceiros	1 890 410,84	1 730 361,84	160 049,00	9,2%
Acréscimos e diferimentos passivos	252 992,97	696 951,08	(443 958,11)	-63,7%
	18 746 283,63	20 792 830,50	(2 046 546,87)	-9,8%

(valores em Euros)

O decréscimo do activo total da Amb3E (de EUR 20 792 830,50 em 31 de Dezembro de 2015 para EUR 18 746 283,63 em 31 de Dezembro de 2016) teve por base a conjugação dos seguintes principais factores:

- A nível dos activos fixos tangíveis, o acréscimo de 49% reflectiu fundamentalmente o investimento efectuado nas novas instalações da Associação, bem como a aquisição e a readequação de equipamento básico, especialmente na vertente de contentorização de lâmpadas;
- Em sede de dívidas de terceiros, o acréscimo verificado face a 2015 (23%) resultou do alargamento conjuntural do prazo de recebimento de alguns dos principais aderentes (situação regularizada no início de 2017);

- A evolução verificada na rubrica “depósitos bancários e caixa” (decrécimo de 22,8% face a 2015) demonstra o efeito combinado da redução do volume de facturação da Associação com o alargamento dos prazos de recebimento atrás mencionados, atento o pontual cumprimento dos prazos de pagamento à rede de parceiros operacionais da Amb3E;
- O decréscimo verificado em sede de acréscimos e diferimentos activos (9,8%) assentou primordialmente na redução dos ecovalores pendentes de facturação do quarto trimestre de 2016 face ao período homólogo de 2015;
- A evolução registada na rubrica “provisões” (decrécimo de 28,5%), conforme melhor detalhado na nota 12. do anexo, foi suportada na alteração da metodologia de cálculo aplicada à responsabilidade da Amb3E, relativamente ao tratamento futuro de resíduos;
- a variação verificada na rubrica “dívidas a terceiros” (mais 9,2% face ao valor final de 2015) resultou fundamentalmente da consideração de um volume significativo de créditos por exportação indirecta de EEE apresentados por um dos principais aderentes da Associação, que será devidamente deduzido à facturação a emitir posteriormente a tal aderente;
- Por fim, a variação na rubrica “acrécimos e diferimentos passivos” (decrécimo de 63,7%) é demonstrativa de um maior grau de compleição de facturação firme, por parte dos parceiros operacionais da Amb3E, com as naturais repercussões em acréscimos de gastos operacionais.

7.4. Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados por naturezas

	2016	2015	Var.absoluta	Var.%
Rendimentos				
Prestações de serviços	5 177 727,63	5 951 970,19	(774 242,56)	-13,0%
Outros rendimentos e ganhos	24 805,77	33 073,64	(8 267,87)	-25,0%
Rendimentos financeiros	165 301,28	246 400,12	(81 098,84)	-32,9%
	5 367 834,68	6 231 443,95	(863 609,27)	-13,9%
Gastos				
FSE - Gastos operacionais	4 799 349,08	4 666 600,64	132 748,44	2,8%
FSE - Gastos não operacionais	1 216 044,51	1 249 809,57	(33 765,06)	-2,7%
Gastos com o pessoal	801 133,10	733 855,93	67 277,17	9,2%
Amortizações e ajustamentos	189 917,54	107 816,19	82 101,35	76,1%
Provisões	(4 018 545,57)	(1 253 668,79)	(2 764 876,78)	220,5%
Outros gastos e perdas	126 754,30	85 720,49	41 033,81	47,9%
Gastos financeiros	3 162,59	4 873,97	(1 711,38)	-35,1%
Resultado líquido do período	2 250 019,13	636 435,95	1 613 583,18	253,5%
	5 367 834,68	6 231 443,95	(863 609,27)	-13,9%

(valores em Euros)

Relativamente ao resultado das operações da Amb3E nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o mesmo sintetizava-se da seguinte forma:

A redução do total dos rendimentos, de EUR 6 231 443,95 no período findo em 31 de Dezembro de 2015 para EUR 5 367 834,68 no período findo em 31 de Dezembro de 2016 encontra suporte nos seguintes principais factores:

- Decréscimo de 13% na rubrica "prestações de serviços", consequência directa da revisão em baixa da tabela de ecovalores, com produção de efeitos ao início de 2016, ainda assim mitigada pelo crescimento verificado na colocação de EEE no mercado, por parte dos aderentes da Associação (cerca de 1% em unidades; cerca 11% em peso);
- Relativamente aos rendimentos financeiros, o decréscimo verificado (32,9%) resultou essencialmente da redução da taxa média de rendibilidade das disponibilidades monetárias da Amb3E, bem como da diminuição do volume de aplicações financeiras da Associação.

Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 5 595 008,00 no período findo em 31 de Dezembro de 2015 para EUR 3 117 815,55 no período findo em 31 de Dezembro de 2016) concorreram os seguintes principais factores:

- Acréscimo de 2,8% em sede de fornecimentos e serviços externos/operacionais, reflectindo fundamentalmente o aumento global de produção na ordem dos 3,4% (38 278 toneladas geridas em 2016 vs. 37 017 toneladas geridas em 2015);
- Decréscimo de 2,7% em fornecimentos e serviços externos/não operacionais, fundamentalmente fruto dos comportamentos verificados nas rubricas de comunicação e sensibilização (redução aproximada de EUR 60 300 face a 2015), consultoria técnica (redução aproximada de EUR 44 900 face a 2015) e serviços prestados por associados (redução de EUR 34 500), tendo como contraponto a evolução notada nas rubricas de auditoria operacional (aumento de cerca de EUR 29 600 face a 2015) e consultoria de gestão (aumento de EUR 40000);
- Acréscimo de 9,2% na rubrica “gastos com o pessoal”, em função: (i) da actualização salarial verificada em 2016; (ii) da revisão dos termos contratuais de uma colaboradora admitida a estágio profissional no decurso do ano 2015; e (iii) da rescisão de contrato de trabalho de uma colaboradora, rescisão essa celebrada por mútuo acordo;
- Acréscimo de 76,1% na rubrica “amortizações e ajustamentos”, fundamentalmente adveniente do reconhecimento da imparidade do saldo a receber da participada CCRPT, no montante de EUR 76 000;
- Relativamente ao comportamento evidenciado pela rubrica “provisões”, vide comentário acima inscrito, relativamente à análise dos principais agregados do balanço;
- Por fim, o racional do acréscimo de 47,9% verificado na rubrica “outros gastos e perdas” encontra suporte nos montantes assumidos com taxas relativas quer a actividades já existentes (taxas de gestão de resíduos inerentes ao SIGREEE e SIGRPA) quer a actividades a desenvolver num futuro próximo (entrega do caderno de encargos referente a pedido de licenciamento do sistema de gestão de resíduos de embalagens/SIGRE).

08



FACTOS RELEVANTES
OCORRIDOS APÓS O
TERMO DO PERÍODO

8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de Dezembro de 2016.

09



PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

9. Proposta de aplicação de resultados

O conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no montante de EUR 2 250 019,13 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil e dezanove euros e treze cêntimos) seja integralmente transferido para resultados transitados.

Restelo, 20 de Fevereiro de 2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente STANLEY BLACK & DECKER, HOLDING, S.A.R.L.	
Vice-Presidente PHILIPS LIGHTING PORTUGAL, UNIP., LDA.	
Fileira 1 BSHP- ELECTRODOMÉSTICOS SOC.UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	
Fileira 2 GROUPE SEB IBÉRICA, SA.	
Fileira 3 RICOH PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	
Fileira 5 LEDVANCE, LDA.	
Fileira 6 STANLEY BLACK & DECKER, HOLDING, S.A.R.L.	
Fileira 8 GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA, S.A.	
Fileira 9 SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA.	
Fileira 10 DIEBOLD NIXDORF PORTUGAL, LDA.	
Fileira 11 CANON PORTUGAL, S.A	

10



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

10. Demonstrações financeiras

10.1. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015		<i>Montantes expressos em Euros</i>	
	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	386 070,79	259 145,65
Investimentos financeiros	6	-	5 000,00
Outros créditos e activos não correntes	7	8 701 595,67	8 700 701,73
		9 087 666,46	8 964 847,38
Activo corrente			
Créditos a receber	8	2 276 066,18	2 350 873,52
Estado e outros entes públicos	9	135 810,59	104 735,98
Associados		10 000,00	-
Diferimentos	10	49 469,70	65 701,89
Caixa e depósitos bancários	4	7 187 270,70	9 306 671,73
		9 658 617,17	11 827 983,12
Total do activo		18 746 283,63	20 792 830,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	630 000,00	620 000,00
Resultados transitados		3 638 431,65	3 001 995,70
Outras variações nos fundos patrimoniais		11 991,04	16 102,36
Resultado líquido do período		2 250 019,13	636 435,95
Total dos fundos patrimoniais		6 530 441,82	4 274 534,01
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	210 524,99	14 090 983,57
Provisões específicas	12	9 861 913,01	-
Financiamentos obtidos	13	70 283,21	83 339,25
		10 142 721,21	14 174 322,82
Passivo corrente			
Fornecedores	14	1 484 231,17	1 561 885,01
Estado e outros entes públicos	9	29 258,84	26 249,75
Financiamentos obtidos	13	13 055,34	12 481,73
Diferimentos		-	2 460,56
Outros passivos correntes	15	546 575,25	740 896,62
		2 073 120,60	2 343 973,67
Total do passivo		12 215 841,81	16 518 296,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		18 746 283,63	20 792 830,50

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.2. Demonstração dos resultados por naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes
expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	16	5 177 727,63	5 951 970,19
Subsídios		2 460,56	3 444,79
Fornecimentos e serviços externos	17	(6 015 393,59)	(5 916 410,21)
Gastos com o pessoal	18	(801 133,10)	(733 855,93)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(92 354,08)	(11 061,75)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(29 183,53)	1 253 668,79
Provisões específicas (aumentos/reduções)	12	4 047 729,10	-
Outros rendimentos	19	22 345,21	29 628,85
Outros gastos	20	(126 754,30)	(85 720,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 185 443,90	491 664,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(97 563,46)	(96 754,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 087 880,44	394 909,80
Juros e rendimentos similares obtidos	21	165 301,28	246 400,12
Juros e gastos similares suportados	21	(3 162,59)	(4 873,97)
		Resultado antes de impostos	2 250 019,13
		Resultado líquido do período	2 250 019,13
			636 435,95

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.3. Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do período 2015	1	620 000,00	1 881 666,09	20 213,68	1 120 329,61	3 642 209,38
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			1 120 329,61	(4 111,32)	(1 120 329,61)	(4 111,32)
	2		1 120 329,61	(4 111,32)	(1 120 329,61)	(4 111,32)
Resultado líquido do período	3				636 435,95	636 435,95
Resultado integral	4=2+3				(483 893,66)	632 324,63
Posição no fim do período 2015	5=1+2+3	620 000,00	3 001 995,70	16 102,36	636 435,95	4 274 534,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no início do período 2016	5	620 000,00	3 001 995,70	16 102,36	636 435,95	4 274 534,01
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			636 435,95	(4 111,32)	(636 435,95)	(4 111,32)
	6		636 435,95	(4 111,32)	(636 435,95)	(4 111,32)
Resultado líquido do período	7				2 250 019,13	2 250 019,13
Resultado integral	8=6+7				1 613 583,18	2 245 907,81
Operações com instituidores no período						
Fundos		10 000,00				10 000,00
	9	10 000,00				10 000,00
Posição no fim do período 2016	5+6+7+9	630 000,00	3 638 431,65	11 991,04	2 250 019,13	6 530 441,82

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.4. Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes
expressos em Euros

	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de aderentes		6 460 993,18	7 567 461,75
Pagamentos a fornecedores		(7 336 218,85)	(6 809 768,02)
Pagamentos ao pessoal		(341 531,44)	(295 169,24)
Caixa gerada pelas operações		(1 216 757,11)	462 524,49
Outros recebimentos/ pagamentos		(859 786,97)	(1 275 854,76)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2 076 544,08)	(813 330,27)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(183 871,40)	-
Investimentos financeiros	6	-	(5 000,00)
Outros activos		(893,94)	(701,73)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	44 877,25
Juros e rendimentos similares		157 553,41	222 238,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(27 211,93)	261 414,31
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(12 482,43)	(41 012,88)
Juros e gastos similares		(3 162,59)	(2 587,77)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(15 645,02)	(43 600,65)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(2 119 401,03)	(595 516,61)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9 306 671,73	9 902 188,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7 187 270,70	9 306 671,73

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

A Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, NIPC 509 300 421, doravante abreviadamente designada por Associação ou Amb3E, é uma associação sem fins lucrativos, constituída por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos no dia 27 de Abril de 2005. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, entretanto substituído pelo Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, e posteriormente para dar resposta também a obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 173/2015 de 25 de Agosto, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, que consagraram o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos colocados no mercado.

Nesta conformidade, a Amb3E encontra-se licenciada através, respectivamente, do Despacho conjunto nº 354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, complementado pelo disposto no Despacho nº 1516/2012, de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Despacho nº 1262/2010, de 19 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, complementado pelo disposto no Despacho n.º1533/2016 de 1 de Fevereiro, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGRPA).

A Amb3E tem a sua sede no:

Restelo Business Center, Bloco 5 – 4A
Av. Ilha da Madeira, 35 I
1400-203 Lisboa

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Amb3E, mantidos de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade.

De acordo com o parágrafo 2.3 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- I) Às NCFR e Normas Interpretativas (NI);
- II) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- III) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), para as notas nº 1 a nº 3. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à Amb3E ou respeitam a factores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015. A partir da nota nº 4, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pela norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCFR-ESNL) que sejam aplicáveis à Amb3E e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não são comparáveis com os do período anterior

Na sequência das alterações introduzidas pela Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho nos modelos de demonstrações financeiras, os saldos existentes em 31 de Dezembro de 2015, apresentados para efeitos comparativos, foram reclassificados na abertura do presente período, para as seguintes rubricas, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Demonstração financeira	Rubricas	01.01.2016	31.12.2015
Balanço	Outros activos financeiros	-	8 700 701,73
Balanço	Outros créditos e activos não correntes	8 700 701,73	-
Balanço	Clientes	-	400 238,39
Balanço	Outras contas a receber	-	1 950 635,13
Balanço	Créditos a receber	2 350 873,52	-
Balanço	Provisões	181 341,26	14 090 983,57
Balanço	Provisões específicas	13 909 642,11	-
Balanço	Outras contas a pagar	-	740 896,62
Balanço	Outros passivos correntes	740 896,62	-

As referidas alterações têm aplicação prospectiva, pelo que no balanço de 2016, sem comprometer tal princípio e com vista a assegurar maior facilidade de leitura, as rubricas acima apresentadas com saldo nulo em 01.01.2016 foram agregadas às rubricas para as quais foram reclassificadas na abertura desse mesmo período.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções – 5 anos

Equipamento básico – 6 anos

Equipamento de transporte – 4 anos

Equipamento administrativo – 4 a 10 anos

Outros activos fixos tangíveis – 3 a 10 anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Eventuais gastos com grandes reparações e remodelações serão

incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de instalação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Amb3E, sejam controláveis pela Amb3E e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros".

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Amb3E age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens a que respeita o contrato, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

De acordo com o método financeiro actualmente vigente nas NCRF, o custo do activo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respectivo contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i. Outros créditos e activos não correntes

A Associação mensura ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Estes instrumentos são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço.

ii. Créditos a receber

Os créditos a receber são registados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Amb3E tem em consideração informação de mercado que demonstre que o terceiro está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações de devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Associação tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguros de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões - decorrentes da cessação total ou parcial do risco - nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

iii. Fornecedores e outros passivos correntes

Os fornecedores e os outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Amb3E como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Associação; ou

(ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que venha a ser necessário um exfluxo de recursos para liquidar a obrigação ou a quantia da mesma não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Amb3E. A Amb3E não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procedendo à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na demonstração dos resultados da Associação no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas de "Créditos a receber", "Outros passivos correntes" e de "Diferimentos".

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Amb3E cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica de "Subsídios" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Impostos sobre o rendimento

A partir do período de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) a Amb3E passou a ser isenta de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21%, uma vez que a Amb3E não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que a Amb3E não é sujeita a tributações autónomas e derrama.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Associação.

O rédito proveniente da prestação de serviços, líquido de impostos, é reconhecido - pelo justo valor do montante a receber - com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

1. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
2. É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;

3. Os gastos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
4. A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 1 de Janeiro do período seguinte, sendo somente pago durante tal período, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego quer por decisão unilateral da Amb3E quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Amb3E classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de aderentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições, alienações e correspondentes recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a contratos de locação financeira.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Amb3E, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as ESNL.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que não dêem origem a ajustamentos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração da Amb3E utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto no ponto 6.8. da NCRF-ESNL.

3.2. Alteração nas estimativas contabilísticas

Em 31 de Dezembro de 2016, a Amb3E procedeu à alteração da metodologia de cálculo da sua responsabilidade para tratamento futuro de resíduos, por forma a adequá-la ao disposto no Decreto-Lei nº 67/2014 de 7 de Maio, que aprovou o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), relativamente aos anos 2016 e seguintes. Esta alteração de estimativa encontra-se detalhada na nota 12 do presente anexo.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 apresentavam a seguinte decomposição:

	2016	2015
Caixa	944,25	46,87
Depósitos à ordem	2 388 326,45	961 624,86
Outros depósitos bancários	4 798 000,00	8 345 000,00
	7 187 270,70	9 306 671,73

A rubrica “Outros depósitos bancários” é constituída exclusivamente por depósitos a prazo, que à data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, se encontravam aplicados em diversas instituições financeiras, a taxas de juros nominais de 0,08% a 1,00%.

A taxa média de rendibilidade das aplicações efectuadas no período de 2016 foi de 0,73% (1,34% em 2015).

5. Activos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	TOTAL
Activo bruto							
Saldo em 31.12.2015	635,00	1 303 354,85	105 727,70	184 657,70	25 208,36	-	1 619 583,61
Adições	78 217,26	99 489,00		35 432,34		11 350,00	224 488,60
Alienações							-
Transferência e abates							-
Saldo em 31.12.2016	78 852,26	1 402 843,85	105 727,70	220 090,04	25 208,36	11 350,00	1 844 072,21
Depreciações acumuladas							
Saldo em 31.12.2015	(582,10)	(1 163 893,57)	(10 272,47)	(171 924,57)	(13 765,25)	-	(1 360 437,96)
Adições	(1 356,54)	(68 975,82)	(12 930,35)	(9 104,93)	(5 195,82)	-	(97 563,46)
Alienações						-	-
Transferência e abates	-					-	-
Saldo em 31.12.2016	(1 938,64)	(1 232 869,39)	(23 202,82)	(181 029,50)	(18 961,07)	-	(1 458 001,42)
Activo líquido	76 913,62	169 974,46	82 524,88	39 060,54	6 247,29	11 350,00	386 070,79

O equipamento básico é constituído maioritariamente por contentores designados “Pontos Electrão”, sendo que a totalidade desses mesmos equipamentos se encontram implantados em propriedade alheia, ao abrigo de diversos protocolos celebrados entre a Amb3E e os seus parceiros, no âmbito da actividade para a qual a mesma se encontra licenciada.

A Associação, em 31 de Dezembro de 2016, detinha os seguintes activos fixos tangíveis sujeitos a restrições legais:

	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor passivo
Mercedes 10-PT-79	38 944,68	Contrato Leasing	39 320,75
Mercedes 21-PQ-39	43 580,20	Contrato Leasing	44 017,80
	82 524,88		83 338,55

6. Investimentos financeiros

Nesta rubrica está registada a contribuição para o património associativo da CCRPT – Associação Portuguesa do Centro de Coordenação e Registo, no valor de EUR 5 000,00, representando 25% do correspondente fundo patrimonial.

A Associação procedeu, em 31 de Dezembro de 2016, à aplicação do método da equivalência patrimonial, o qual gerou um gasto de EUR 5 000,00, tendo reduzido o investimento financeiro a zero.

7. Outros créditos e activos não correntes

A Amb3E regista, numa lógica de detenção até à maturidade, EUR 8 700 000,00 em sede desta rúbrica, referentes a dois blocos de obrigações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, com maturidades nos anos 2018 (EUR 4 200 000,00) e 2019 (EUR 4 500 000,00).

Encontram-se ainda registadas nesta rúbrica as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, que, a 31 de Dezembro de 2016, ascendiam a EUR 1 595,67 (EUR 701,73 a 31 de Dezembro de 2015).

8. Créditos a receber

O montante apresentado nesta rúbrica decompõe-se da seguinte forma:

	2016	2015
Aderentes (i)	592 248,17	400 238,39
Outras contas a receber (ii)	1 683 818,01	1 950 635,13
	2 276 066,18	2 350 873,52

Ao abrigo da Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho, esta rubrica inclui agora as rubricas de “Aderentes” e “Outras contas a receber” que até aqui eram apresentadas separadamente.

(i) Aderentes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de aderentes apresentava as seguintes maturidades:

	2016	2015
<90 dias	538 968,92	307 675,84
91 - 180 dias	16 217,72	53 359,53
> 180 dias	37 061,53	39 203,02
	592 248,17	400 238,39

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber de aderentes, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	2016	2015
Saldo inicial	304 647,80	311 425,71
Reversões	(0,86)	(8 840,15)
Reforços	11 334,71	2 062,24
Saldo Final	315 981,65	304 647,80

(ii) Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Juros a receber	140 771,29	133 023,42
Ecovalores a receber	1 498 923,46	1 679 603,76
Outros devedores por acréscimos de proveitos	-	40 000,00
Outros devedores e credores	44 123,26	98 007,95
	1 683 818,01	1 950 635,13

Na sub-rubrica "Juros a receber" encontram-se registados os montantes de juros respeitantes às diversas aplicações financeiras da Amb3E, corridos até 31 de Dezembro de 2016 e 2015, mas só efectivamente recebidos após essas datas.

Em sede da sub-rubrica "Ecovalores a receber" encontram-se registados os montantes de facturação referentes ao último trimestre dos anos 2016 e 2015, cuja emissão ocorreu a partir dos meses de Janeiro de 2017 e 2016; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados no início de 2017 e 2016.

Na sub-rubrica "Outros devedores por acréscimos de proveitos", em 2015 estavam reconhecidos os montantes referentes a notas de crédito, pendentes de emissão por parte dos correspondentes fornecedores, montantes esses efectivamente creditados em 2016.

Em sede de “Outros devedores e credores”, em 31 de Dezembro de 2015 encontravam-se reconhecidos EUR 70 000,00 a receber da participada CCRPT – Associação Portuguesa do Centro de Coordenação e Registo, sendo que no decurso de 2016 tal valor ascendeu a EUR 76 000,00, tendo-se procedido, no período corrente, ao reconhecimento da correspondente imparidade, pelo que a componente mais significativa do saldo a 31 de Dezembro de 2016 respeita à caução prestada ao senhorio das novas instalações da Associação, no montante de EUR 28 137,48.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Saldos devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	135 810,59	104735,98
Saldos credores		
Imposto sobre o rend. p. singulares	14 160,54	13691,23
Contribuições para a segurança social	15 098,30	12558,52
	29 258,84	26 249,75

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Nesta conformidade, as declarações fiscais da Amb3E relativas aos períodos de 2013 a 2016 poderão ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Amb3E entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

10. Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 era decomposto como segue:

	2016	2015
Seguros liquidados	37 957,55	38 923,38
Rendas liquidadas	4 460,81	6 540,15
Formação	2 068,00	4 184,00
Outros gastos a reconhecer	4 983,34	16 054,36
	49 469,70	65 701,89

11. Fundos

O património associativo da Amb3E é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e três associados, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10 000,00.

A 31 de Dezembro de 2016, o património associativo é de EUR 630 000,00.

12. Provisões

Provisão para processos judiciais em curso

Tendo por base uma decisão judicial de primeira instância, em sede de um processo de natureza cível movido por um anterior fornecedor da Amb3E, reforçou-se em cerca de EUR 29 000,00 no corrente período, a provisão relativa a capital e juros a incorrer em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E, pelo que o montante total da mesma a 31 de Dezembro de 2016 ascende a cerca de EUR 210 000,00.

Provisões específicas – tratamento futuro de resíduos

Tomando por base o normativo vigente, conjugado com o expresso no Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, que aprovou o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos – mormente no seu artigo 5º – e assumindo a obrigação presente da Amb3E na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos/REEE – decorrente de acontecimentos passados (colocação no mercado Nacional, por parte dos aderentes da Amb3E, de equipamentos eléctricos e electrónicos/EEE, cuja responsabilidade pelo fim de vida foi pelos mesmos transposta para a Amb3E no momento da correspondente adesão) é entendimento desta entidade que deve ser reconhecida a responsabilidade atinente aos gastos com a recolha e tratamento de tais resíduos, geradora de exfluxos de recursos financeiros em anos futuros, sendo que a correspondente estimativa pode, à data de hoje, ser medida com fiabilidade.

No presente exercício, a Amb3E procedeu à alteração da metodologia de cálculo da sua responsabilidade, por forma a adequá-la ao expresso no acima citado Decreto-Lei, relativamente aos anos 2016 e seguintes.

Nesta conformidade, a provisão reconhecida a 31 de Dezembro de 2016 tem por base o produto do gasto médio de gestão operacional verificado no corrente período pelo volume de resíduos a gerir nos três anos seguintes (2017, 2018 e 2019), assumindo um cenário de colocação nula de equipamentos no mercado nesses três anos.

Doravante, o reforço/reversão da provisão resultará da aplicação consistente da metodologia atrás enunciada, pelo que no final de cada exercício se apurará o valor da concomitante responsabilidade, procedendo-se ao correspondente ajustamento, por via do registo de gasto/rendimento, em sede da adequada rubrica de resultados (provisões – aumentos/reduções).

Critério de mensuração

O cálculo da provisão no presente período teve por base o produto do gasto médio de gestão operacional de REEE efectivamente incorrido em 2016 (EUR 124,46/tonelada) pelo volume de REEE a gerir em anos futuros, decorrente da percentagem aplicável ao volume médio de EEE colocados no mercado nos três anos imediatamente anteriores (2014 a 2016) pelos aderentes da Amb3E, estimado em cerca de 87 800 toneladas.

Movimentos ocorridos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Provisões	Provisões específicas
Quantia escriturada inicial	181 341,46	13 909 642,11
Reforço	29 183,53	-
Reversão	-	(4 047 729,10)
	29 183,53	(4 047 729,10)
Quantia escriturada final	210 524,99	9 861 913,01

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos das rubricas de financiamentos obtidos discriminavam-se como segue:

	2016	2015
Financiamentos obtidos – não corrente		
Loações financeiras	70 283,21	83 339,25
	70 283,21	83 339,25
Financiamentos obtidos – corrente		
Loações financeiras	13 055,34	12 481,73
	13 055,34	12 481,73
TOTAL	83 338,55	95 820,98

Loações financeiras

Era a seguinte a quantia escriturada líquida para cada classe de activo financiado por contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Equipamento de transporte	82 524,88	95 455,05

Eram os seguintes os totais dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, e o seu valor presente:

	2016	2015
Pagamento mínimo até um ano	15 650,47	15 573,31
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	72 972,10	88 623,27
Total de pagamentos mínimos	88 622,57	104 196,58
Pagamento de juros futuros	(5 284,02)	(8 375,60)
Valor presente das responsabilidades	83 338,55	95 820,98

Abaixo apresenta-se a reconciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, e o seu valor presente:

	Valor presente		Pagamentos mínimos	
	2016	2015	2016	2015
Não mais de um ano	13 055,34	12 481,73	15 650,47	15 573,31
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	70 283,21	83 339,25	72 972,10	88 623,27
Total	83 338,55	95 820,98	88 622,57	104 196,58

Eram os seguintes os contratos de locação financeira em vigor em 31 de Dezembro de 2016:

Nº contrato	Locadora	Bem locado	Valor do contrato
84647	Mercedes-Benz F.S. Portugal	Mercedes 21-PQ-39	56 227,70
85815	Mercedes-Benz F.S. Portugal	Mercedes 10-PT-79	49 500,00

14. Fornecedores

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 detalhava-se da seguinte forma:

Designação	Valor
INTERCYCLING Sociedade de Reciclagem, S.A	272 958,22
AMBIGROUP RECICLAGEM	140 691,16
Renascimento, Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda.	39 346,74
Constantino Fernandes Oliveira & F.ºs S.A.	37 156,93
Resíduos do Nordeste	34 676,89
COMPTA EMERGING BUSINESS, SA.	25 215,00
3 DRIVERS - ENGENHARIA, INOVAÇÃO E	24 357,00
ND Portugal Transportes, Lda.	19 488,80
RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina	19 205,90
LNB CAR, Carmo Benta - Centro de Recepção, Desmant	19 095,85
Metalmarinha - Comércio Internacional de Resíduos	18 576,82
Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A.	17 516,35
BRAVAL, Valorização e Tratamento de resíduos Sólido	15 807,72
UNIVERSIDADE DO MINHO	15 350,40
Resatlantico-Gestão de Resíduos LDA	15 335,15
Transucatas - Soluções Ambientais, SA	13 609,58
RESIALENTEJO-TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO RESÍDUOS, EI	13 044,72
JOCATE - TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS, LDA.	13 022,27
PLANETA PROPÍCIO, UNIPESSOAL, LDA	12 533,70
KPMG II - CONSULTORES, SA.	12 507,47
EFFECT COMUNICAÇÃO E MARKETING,LDA	11 327,36
ALGAR- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólido	10 564,29
Centro de Reciclagem de Palmela	10 122,42
Outros	672 720,43
	1 484 231,17

É de referir que os valores acima discriminados representam cerca de 55% do total da rubrica a 31 de Dezembro de 2016.

15. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

Outras contas a pagar	2016	2015
Credores por acréscimos de gastos	324 521,65	694 490,52
Outros credores	222 053,60	46 406,10
	546 575,25	740 896,62

O saldo da sub rubrica "Credores por acréscimos de gastos" era composto conforme segue:

Credores por acréscimos de gastos	2016	2015
Remunerações a liquidar	156 247,53	157 993,26
Outros credores por acréscimos de gastos	168 274,12	536 497,26
	324 521,65	694 490,52

16. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
PS - Ecovalores	5 106 409,79	5 902 012,19
PS - EcoP&A	71 317,84	49 958,00
	5 177 727,63	5 951 970,19

17. Fornecimentos e serviços externos

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	2016	2015
Subcontratos	4 799 349,08	4 666 600,64
Trabalhos especializados	673 516,33	672 787,14
Publicidade e propaganda	264 410,50	324 738,60
Honorários	65 000,00	57 978,40
Rendas e alugueres	109 690,59	108 322,49
Deslocações e estadas	25 091,06	19 224,05
Comunicação	20 332,76	20 892,41
Materiais	10 603,20	5 138,36
Combustíveis	6 942,35	7 650,30
Seguros	11 521,39	8 584,35
Outras despesas	28 936,33	24 493,47
	6 015 393,59	5 916 410,21

Na rubrica "Subcontratos" estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos nomeadamente, recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização. O acréscimo verificado, face a 2015, resulta directamente do aumento do volume de resíduos geridos e tratados no presente período.

A rubrica "Trabalhos especializados" é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática, por serviços de consultoria técnica à área de gestão de resíduos e por serviços jurídicos.

Relativamente à rubrica “Publicidade e propaganda”, o decréscimo verificado, face ao ano 2015, assenta na continuidade da estratégia de concentração dos meios financeiros disponíveis em acções de menor visibilidade global, mas de efectivo impacto junto dos alvos seleccionados como primordiais na passagem da mensagem de sensibilização para o tratamento ambientalmente responsável dos resíduos de EEE e PA.

Na rubrica “Honorários” estão registados os gastos com auditoria externa de apoio à área de gestão de resíduos e com consultoria de gestão.

A rubrica “Rendas e alugueres” contempla os gastos com o arrendamento de instalações da Amb3E e com o aluguer/*renting* de viaturas.

18. Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Remunerações	609 700,73	560 835,34
Encargos sobre remunerações	114 068,51	112 905,51
Indemnizações	20 500,00	-
Seg. acid de trab e doenças prof.	46 413,52	45 975,00
Outros gastos c/ pessoal	10 450,34	14 140,08
	801 133,10	733 855,93

O acréscimo notado na sub-rubrica “Remunerações” derivou fundamentalmente: (i) da actualização salarial verificada em 2016, que implementou um maior equilíbrio entre funções desempenhadas e correspondentes remunerações, nas perspectivas inter e intra-departamentais; (ii) da revisão dos termos contratuais de uma colaboradora admitida a estágio profissional no decurso do ano 2015.

O montante registado na sub-rubrica “Indemnizações” refere-se à rescisão de contrato de trabalho de uma colaboradora, rescisão essa celebrada por mútuo acordo.

O número médio de pessoal da Amb3E ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2016 e de 2015, foi de:

	2016	2015
Número médio de funcionários	13	14
Número de empregados no fim do período	13	14

19. Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica era composto da seguinte forma:

	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	10 600,93	6 827,10
Alienações - activos fixos tangíveis	-	17 489,70
Outros não especificados	11 744,28	5 312,05
	22 345,21	29 628,85

20. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2016	2015
Impostos	1 295,30	923,24
Taxas	57 773,65	42 539,78
Quotizações	39 280,87	38 181,11
Gastos e perdas em associadas	5 000,00	-
Menos valias	-	784,65
Outros não especificados	23 404,48	3 291,71
	126 754,30	85 720,49

Relativamente às sub-rúbricas mais relevantes no exercício 2016, importa referir:

- A sub-rubrica "Taxas" contempla fundamentalmente os montantes referentes a taxas de licenciamento (SIGRE) e de gestão de resíduos (SIGREEE e SIGRPA);
- Relativamente à sub-rubrica "Quotizações", a mesma releva essencialmente os *fees* anuais de participação da Amb3E numa associação pan-europeia de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos;
- O valor inscrito na sub-rubrica "Gastos e perdas em associadas" decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na CCRPT, o qual gerou um gasto de EUR 5 000,00.

21. Juros e rendimentos e similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” estão incluídos os montantes respeitantes à remuneração de depósitos a prazo e de outros activos financeiros da Amb3E, líquidos das taxas liberatórias sobre os mesmos aplicados (EUR 165.301,28 em 2016 e EUR 246.400,12 em 2015).

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” é composta fundamentalmente pelos juros suportados em sede das rendas incorridas no período de 2016, relativamente aos contratos de locação financeira em vigor.

22. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Associação perante a segurança social se encontra regularizada.

24. Outras divulgações:

(i) Partes relacionadas

A Amb3E tem como partes relacionadas a Associação Portuguesa do Centro de Coordenação de Registo (CCRPT) e os seus actuais cinquenta e um associados.

Os saldos pendentes em 31 de Dezembro de 2016 e as transacções anuais encontram-se mencionadas no quadro seguinte:

	Saldos pendentes		Transacções
	Aderentes	Outras contas a receber/(a pagar)	Prestações de serviços
Associados	398 074,22	30 782,74	3 737 215,96

O valor inscrito em “Outras contas a pagar a associados” respeita a saldos a favor dos associados decorrentes de contribuições iniciais ainda não totalmente utilizadas e a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, encontrando-se estes últimos registados em adequada rubrica de fornecimentos e serviços externos.

No presente exercício, e conforme explicitado na nota 8. acima, a Associação procedeu ao reconhecimento de imparidade da totalidade do saldo a receber da CCRPT, pelo montante de EUR 76 000,00.

(ii) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os montantes atribuídos aos membros dos órgãos sociais nos períodos de 2016 e 2015, foram de respectivamente:

	2016	2015
Conselho de Administração	36 750,00	71 250,00
Conselho Fiscal	12 000,00	12 000,00
	48 750,00	83 250,00

De referir que os valores pagos ao Conselho de Administração reportam a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação.

(iii) Processos judiciais em curso

A Amb3E moveu uma acção judicial a um seu ex-fornecedor de serviços de informática, ascendendo tal acção ao montante de EUR 1 214 000,00. Em função da decisão judicial de primeira instância atinente a uma outra acção (movida à Amb3E por tal ex-fornecedor), cujo recurso corre actualmente termos, nos registos contabilísticos da Associação constam, à data de 31 de Dezembro de 2016, cerca de EUR 626 000,00 entre capital e juros a liquidar a tal fornecedor, em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E.

Quanto a processos de natureza criminal, em Dezembro de 2013 foi proferido despacho de acusação, por parte do Ministério Público, relativamente a queixa-crime apresentada pela Amb3E contra dois seus ex-colaboradores e incertos. Neste âmbito, a Amb3E deduziu um pedido de indemnização cível, no montante aproximado de EUR 1 045 000,00, perspectivando-se o início do correspondente julgamento a partir de Maio de 2017, dados os sucessivos adiamentos das datas inicialmente aprazadas (Novembro de 2015, Maio de 2016, Janeiro de 2017).

(iv) Garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a Amb3E era responsável pela solicitação de emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, conforme detalhe abaixo:

Entidade beneficiária	Entidade emissora	Data de emissão	Valor (EUR)
Repsol Portuguesa, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	05/01/2009	6 000,00
IVG - Institutional Funds GMBH - Sucursal em Portugal	Novo Banco	14/12/2011	31 296,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Novo Banco	29/07/2015	10 700,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	02/11/2016	22 050,00

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

11. Certificação Legal das Contas



Horwath & Associados, SROC, Lda.
Member Crowe Horwath International

Rua do Aleixo, nº 53, 3ª A
4150-043 Porto
Portugal

Tel: +351 22 013 34 92
info@crowehorwath.pt
www.crowehorwath.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos ("Associação"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 18.746.283,63 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.530.441,82 euros, incluindo um resultado líquido de 2.250.019,13 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 12 do Anexo, a Associação procedeu à alteração da metodologia de cálculo da sua responsabilidade para tratamento futuro de resíduos, por forma a adequá-la ao disposto no Decreto-Lei nº 67/2014, de 7 de maio, que aprovou o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE). Esta alteração resultou numa correção em baixa do valor da provisão específica para tratamento futuro de resíduos, no montante de 4.047.729,10 euros, cujo efeito positivo foi reconhecido no resultado do período corrente.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Associação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Porto, 6 de março de 2017



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC nº 1127)

12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da AMB3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art. 31.º dos Estatutos, acompanhámos regularmente a atividade da Associação, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal, é nossa convicção que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos igualmente a Certificação Legal das Contas datada de 6 de março de 2017 emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual não inclui reservas, incluindo no entanto, uma ênfase e, que merece a nossa concordância.

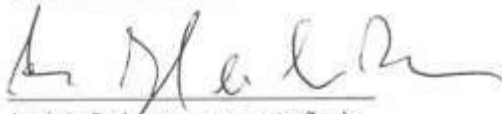
PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados, e tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e a concordância que a mesma nos merece, somos de parecer que a Assembleia Geral da AMB3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Porto, 6 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL



António Pedro em representação da
Ledvance, Lda. – Presidente



Norberto Mendes em representação da
Legrand Eléctrica, S.A. - Vogal



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA. - vogal
Representada por
Carla Manuela Serra Gerales, ROC nº 1127